

Coletânea: SEABRA, G. (Org.) Turismo, identidade cultural e desenvolvimento local. João Pessoa, Editora UFPB (2007).

## **A Educação Ambiental no Ecoturismo Brasileiro: Passado e Futuro.**

Alexandre de Gusmão Pedrini

Laboratório de Ficologia e Educação Ambiental  
Departamento de Biologia Vegetal  
Instituto de Biologia Roberto de Alcântara Gomes  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
pedrini@uerj.br

### **Introdução**

A Educação Ambiental (EA) tem sido uma alternativa ou uma ação complementar à fiscalização do patrimônio sócioambiental. Porém a EA como a educação tradicional são processos de médio e longo prazos. Há quem diga que a educação não mais contempla suas variadas dimensões como a ambiental, sendo, assim, necessário que a EA tome seu lugar como um verdadeiro arsenal de conceitos e metodologias de base multidisciplinar e ação interdisciplinar (PEDRINI e DE-PAULA, 2002). Há outros mais sonhadores e que defendem uma ação transdisciplinar, envolvendo sempre todas as disciplinas. Porém, a EA independente desse embate teórico vem tentando enfrentar corajosamente o caos socioambiental no território brasileiro, a despeito de sua quase total falta de financiamento por parte dos governos e de parte do meio acadêmico que ainda desconhece seus avanços contemporâneos. Esse descrédito se deve em parte pela sua confusão conceitual que conseqüentemente gera equívocos metodológicos e resultados questionáveis. Como a cultura avaliativa ainda inexistente na EA os resultados derivados de práticas e pesquisas no campo podem não estar possibilitando que se atinja os objetivos e metas desejados.

Um dos contextos em que a EA tem sido questionada é o do ecoturismo, pois ela precisa ser nele praticada por questão de conceito legal. Por outro lado, a EA tem no ecoturismo uma de suas alternativas para geração de renda, por exemplo, para substituir práticas rentáveis predadoras (como caça ou pesca de subsistência em áreas protegidas). A EA no ecoturismo também poderá minimizar ao máximo o impacto que ele possa causar. Desse modo, é uma demanda urgente conhecer como a EA e o ecoturismo interagem, e no particular desse capítulo, mostrar se está ou não havendo a prática de EA no ecoturismo no Brasil.

## **Conceitos de Ecoturismo e Educação Ambiental**

Há vários conceitos de ecoturismo e EA convivendo contemporaneamente no Brasil. Os de turismo responsável (WWF) ou sustentável (derivado de desenvolvimento sustentável), bem como, o de ecoturismo, entre si, convergem, mas não são iguais. Ecoturismo, segundo a política implícita “Diretrizes para um Política Nacional de Ecoturismo”.(BRASIL, 1994) se traduz como um segmento do turismo que usa o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e a formação da consciência ambiental através da interpretação do meio e promover o bem-estar das comunidades locais, todos de modo sustentável. Esse conceito é restrito, pois tem identidade meramente naturalista da EA.

Mas, CORIOLANO (2006) entende que ecoturismo é o turismo de baixo impacto ambiental feito por pequenos grupos com possibilidade de sustentação econômica tanto para as unidades de conservação onde ele tem sido praticado como para as comunidades humanas locais, onde essa atividade proporciona renda. ? o turismo que compatibiliza natureza com lazer e cultura. O ecoturismo exige equipamentos específicos mínimos como: trilhas interpretativas, mirantes, guias especializados, pequenos grupos, áreas conservadas e protegidas, cumprimento e respeito aos princípios de sustentabilidade, experiência agradável com a natureza, baseando-se numa arquitetura ajustada a natureza como pousadas flutuantes, barcos turísticos, etc. A interpretação ambiental é, ainda, entendida como aquela técnica didática, flexível e ajustável às mais diversas situações ambientais, buscando explicar os fenômenos ambientais aos ecoturistas com linguagem acessível, contando com equipe multidisciplinar, porém tendo os impactos dos ecoturistas acompanhados permanentemente. Assim, a delimitação didática e simplificada de ecoturismo ainda não é possível; porém o de EA já pode ser delineada.

O turismo sustentável e seu desdobramento em ecoturismo sustentável se traduz por apresentar, segundo SALVATI (2005) as seguintes características: a) respeitar a legislação vigente; b) garantir os direitos das populações locais; c) conservar o ambiente natural e sua biodiversidade; d) considerar o patrimônio cultural e valores locais; e) estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; f) estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis; g) garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes. Por turismo responsável SALVATI (2003) entende que ele supera o de turismo sustentável, já que este se baseia em premissas ambíguas. Seria o turismo que mantém e valoriza os recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-os para as futuras gerações das comunidades, dos visitantes e dos empresários. E o ecoturismo dele derivado seria realizado em áreas naturais e controlado pelas comunidades locais, gerando benefícios essencialmente para elas e para a conservação da

biodiversidade. Além disso, o ecoturismo teria que ter uma componente fortemente informativa e educacional. Assim, o conceito de ecoturismo responsável é o que melhor se identifica ao fenômeno do turismo ecológico, aqui entendido como sinônimo de ecoturismo.

O conceito de EA vem sendo construído desde o início dos tempos, recebendo variadas denominações como educação para o lazer, educação florestal, educação sanitária, etc (cf. PEDRINI, 2002). Desde a Declaração da Conferência Internacional de Tbilisi, em 1977, que seus pressupostos pedagógicos vem sendo adotados como sinônimos de conceito avançado e de qualidade em EA (PEDRINI, SANTOS e SANCHEZ, 2004). Com a adoção irrestrita do Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS) pelo Programa Nacional de Educação Ambiental –ProNEA- (BRASIL, 2005) o TEASS passou a ser a referência para a construção conceitual da EA, passando a ser conhecida como Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS).

Apesar do ProNEA ser o orientador da EA brasileira poucos educadores e gestores ambientais se deram conta disso. Pouquíssimos trabalhos podem ser lembrados, tentando construir propostas claramente identificadas com a operacionalização conceitual da EASS (MADUREIRA e TAGLIANI, 1997; PEDRINI, 2006; PEDRINI e PELLICCIONE, 2007). Evidentemente, nem todos os pressupostos conceituais podem ser aplicados indistintamente a qualquer contexto, devendo haver sempre a contextualização conceitual.

## **Marcos da Institucionalização do Ecoturismo e da EA no Brasil**

No Brasil, o Ecoturismo e a EA têm previsão legal, programática e metodológica para serem implementados, segundo variadas políticas e programas explícitos e implícitos. Há políticas explícitas (aquelas previstas legalmente em leis, decretos, etc) e as implícitas (aquelas que influenciam, mas que não têm amparo legal). Dentre as políticas explícitas temos a Política Nacional do Turismo (PNTur) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Programa Nacional de Ecoturismo (PROECOTUR) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Existem numerosos decretos, portarias, etc que ajudam a imprimir o caráter governamental da atividade ecoturística, complementando as políticas explícitas geradas por lei. Um exemplo de política implícita são as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Ecoturismo que jamais foi criada no plano federal e sim por governos estaduais como o estado de São Paulo, sendo um norteador para a prática da atividade ecoturística..

Além disso, educadores e turismólogos ou operadores e ecoturistas, ou ainda licenciadores e fiscalizadores, dentre outros atores sociais envolvidos no ecoturismo também criam políticas institucionais e pessoais para a sua prática. Esses procedimentos e normas são pouco estudados, mas desde a década de 1990 que o meio acadêmico vem relatando variadas práticas do ecoturismo no Brasil. Há trabalhos emblemáticos citados em PEDRINI (2006) que ilustram algumas das importantes tendências recentes do ecoturismo do Brasil, mas que não permitem ainda esboçar uma tipologia.

### **Em busca da EA no Ecoturismo: o passado...será?**

Há algumas práticas de ecoturismo com EA, porém sem uma adequada análise de sua qualidade conceitual, segundo as premissas do ProNEA. A tese reforçada no presente capítulo é de que as atividades do plano empresarial não são submetidas a uma análise de coerência discurso x prática, ou seja, um controle de qualidade de suas promessas empresariais em relação às suas práticas, enganando -intencionalmente ou não- o ecoturista na busca de um turismo verdadeiramente ecológico, demandando a EASS em suas atividades.

Foram publicados, recentemente, relatos empíricos baseados em trabalhos de pesquisa no contexto empresarial ecoturístico. A coleta de dados e informações adotada foi observação participante, entrevista semi-estruturada e análise documental. Esta triangulação na coleta permitiu uma complementaridade na obtenção de dados que associada à bibliografia sobre o tema permitiu a análise dos dados e a formulação do texto (cf. PEDRINI, submetido).

Três casos recentes relatados na literatura dentro de programas ecoturísticos realizadas por empresas que vendem ecoturismo com EA em três cidades brasileiras (Bonito, no estado do Mato Grosso do Sul, Búzios e Rio de Janeiro, ambas localizadas no estado do Rio de Janeiro) serão apresentados sucintamente como exemplos. Os casos ocorreram numa empresa urbana, num Hotel-Fazenda e num Resort litorâneo, respectivamente.

O primeiro relato se refere ao trabalho de MARASCHIN e PEDRINI (2003) que apresenta uma empresa vendedora de pacotes de ecoturismo, que de fato, realiza diversas atividades como cursos para guias, caminhadas ditas ecológicas, visitas as unidades de conservação, ecoturismo e turismo de aventura. Estabelece parcerias, realizando palestras em escolas públicas. ? interessante notar que seu diretor é formado em eletrônica e administração de empresas, passando a trabalhar no mercado ecoturístico face às atividades que desenvolvia como cliente de outras empresas. O diretor da empresa é que elabora os roteiros e os repassa

para seus guias, alguns com formação superior, como biólogo e geógrafo. Porém, não foi verificada aderência aos pressupostos do referencial teórico de Tbilisi identificado fortemente com o TEASS. Faltou, por exemplo, o planejamento participativo nas atividades, internalizando a EA ou a EASS. A única variável importante verificada no discurso empresarial foi a de que o grupo arrola a comunidade dos contextos visitados, sem, no entanto ter mostrado como faz isto, pois no caso desta pesquisa, a observação participante não foi permitida. A impressão que fica é que há um discurso para convencer os pesquisadores de que se trata de empreendimentos ecoturísticos. No entanto, a proposta empresarial se traduz por um conjunto de atividades desarticuladas e sem aderência a nenhuma política implícita ou explícita governamental. A Educação Ambiental então não existe de fato nem no discurso, apesar do esforço da empresa em propagandear implicitamente esse serviço.

O segundo relato foi o descrito por PEDRINI & TORGANO (2005) sobre um Hotel-fazenda localizado em um dos locais mais atrativos atualmente no Brasil. Levas de centenas de pessoas visitam o ano inteiro a cidade de Bonito em busca de suas águas transparentes com rica e colorida flora e fauna aquáticas. Porém, esse aspecto só foi valorizado quando a região, eminentemente dominada pela agropecuária, declinou. Daí, as próprias fazendas transformaram parte de seus domínios em áreas turísticas, construindo hotéis e pousadas. O discurso dessas fazendas é o de realizar atividades ecoturísticas. De todas as fazendas com este discurso foi selecionada uma, que tinha no cerne de seus prospectos a intenção discursiva de desenvolver a EA.

Em contato com o Projeto X (um dos Hotéis-Fazenda dos arredores de Bonito) foi possível conhecer todas as atividades ecoturísticas oferecidas e com pretensão de realizá-las associadas à EA. Os donos da fazenda, em 1995, contrataram uma empresa de consultoria em ecoturismo que planejou suas atividades casadas com a EA. Os donos do Projeto X supuseram então que estavam realizando ecoturismo e EA. Porém, as atividades se resumiam ao contexto da fazenda: um passeio “ecológico” que se encerrava com uma oficina de reciclagem de papel. Mas, essa última atividade, basicamente com crianças era desprovida de uma conversa com elas sobre o problema do consumo desenfreado de produtos que produzem muito descarte de embalagens gerando lixo. Nem se falava sobre o reaproveitamento dos recicláveis. Enfim, era apenas uma aula de como reciclar papel. Mas, no passado, o Projeto X foi mais ousado. Contava com o auxílio de uma técnica de turismo, foram feitos convênios com a rede pública de ensino com o fim de se fazer o plantio de árvores no entorno das escolas públicas e atividades de reciclagem. Porém, não tendo acesso aos relatórios das atividades do Projeto X, não se sabe se os objetivos foram atingidos pela mudança de hábitos e condutas dos alunos, segundo o referencial adotado nesse trabalho.

O terceiro relato se identifica como outro passeio “ecológico”. Só que realizado como uma atividade gratuita aos hóspedes de um resort a beira de uma linda praia fluminense. Praia essa que recebia disfarçadamente o esgoto das atividades humanas do Hotel... Mas, o passeio que tinha como objetivo a observação de equipamento de EA como placas de “preserve o verde” ao longo de uma trilha nos limites do hotel se resumiu a um forte marketing visual. A trilha levava os hóspedes para uma linda praia, ainda bravia e sem moradores humanos. A paisagem da praia era reconfortante, pois se situava perto de uma área postulada para ser unidade de conservação, de caráter bem restrito. Mas, na volta do passeio haviam animais silvestres presos em gaiolas, o que por si só já seria um escândalo mantê-los assim, mesmo que bem tratados.

As entrevistas feitas aos guias e aos hóspedes participantes do “passeio ecológico” mostraram um desconhecimento sobre o que seria EA e até mesmo de ecoturismo, pois os depoimentos foram bastante apelativos e certamente oriundos de frases de impacto como “...estamos lutando por um mundo melhor para preservar plantas, o homem e passarinhos”(depoimento de ecoturista)... ou “...”ecoturismo é uma atividade econômica, um negócio lucrativo”(depoimento de guias)... Não se percebe uma visão holística, sintetizando todas as partes, que juntas formam um ecossistema, nem mesmo uma percepção adequada do que seja ecoturismo, e muito menos, do que seja EA.

Assim, os três relatos apresentados nesse trabalho permitem afirmar, ainda que preliminarmente, face ao número reduzido de estudos de casos e regiões geográficas estudadas, que a Educação Ambiental não é, ainda, realizada no ecoturismo brasileiro.

### **A prática de EA no Ecoturismo: o futuro...será?**

O ecoturismo terrestre é realizado essencialmente em trilhas ou caminhos. As trilhas interpretativas vem sendo usadas essencialmente para práticas de sensibilização e interpretação ambiental. DI TULLIO (2005) afirmou, com toda razão, que não havia trabalho validando educacionalmente uma trilha. A atividade chamada de educacional numa trilha resume-se, basicamente, a difusão de informações sobre o ecossistema local. A autora, ainda ressalta a necessidade de questionar sempre se uma trilha interpretativa é de fato instrumento efetivo de EA.

Desse modo, o conceito tradicional de trilha interpretativa [cf. ANDRADE & ROCHA (1990), TABANEZ *et al.* (1997)] não tenciona abranger minimamente os pressupostos pedagógicos demandados pela EA ou mesmo pela EASS (cf. DIAS, 2001; MEIRA & SATO, 2005; PEDRINI & BRITTO, 2006), pois tenta dar conta da interpretação e não a educação ambiental. Para se verificar se a EA é

desenvolvida em trilhas interpretativas será necessária uma avaliação por um analista ou guia capacitado em EA. O ecossistema marinho tem recebido bem menor atenção tanto pelos seus praticantes como pelos órgãos de controle ambiental brasileiro e pelas empresas, apesar de já sendo impactado (BERCHEZ, CARVALHAL e ROBIM, 2005; PEDRINI *et al.*, 2007). A seguir um caminho possível para se realizar a EASS no ecoturismo terrestre.

A proposta do capítulo é apresentar uma opção metodológica possível para se praticar a EA numa trilha interpretativa incluída num percurso ecoturístico, reforçando o trabalho de PEDRINI (2006). Entretanto, para que se possa planejar e praticar a EA será necessário também que a trilha interpretativa onde ela será desenvolvida tenha qualidade, devendo possuir (cf. LIMA, 1998; ANDRADE, 2005), as seguintes características:

- a) abranger, num determinado tempo, um espaço geográfico natural/construído;
- b) ser planejada para desenvolver os pressupostos pedagógicos conceituais da EASS complementada pela Declaração de EA de Tbilisi;
- c) ser planejada participativamente, incluindo diferentes atores sociais envolvidos na atividade ecoturística e obrigatoriamente a comunidade humana local ou próxima;
- d) ser monitorada permanentemente para que seus equipamentos recebam manutenção, atualização e recuperação;
- e) ser seu impacto antrópico e natural permanentemente avaliados e tomadas providências para sua mitigação ou extinção;
- f) ter seus recursos naturais levantados previamente, componentes abióticos (geodiversidade, meteorologia, recursos hídricos, etc) e bióticos (biodiversidade/comunidade humana) caracterizados taxonômica e ecologicamente, recebendo placas ilustrativas de sua existência com seus nomes científicos e populares;

Portanto, a atividade de EASS numa trilha ecoturística precisa ter condições adequadas para sua prática. A avaliação da qualidade conceitual da EASS (se o conceito for equivocado todo o processo certamente o será também) numa trilha interpretativa segundo cada contexto de um percurso, deve apresentar atributos conceituais, adaptados dos principais pressupostos pedagógicos do TEASS (cf. DIAS, 2001; MEIRA & SATO, 2005). Os atributos conceituais selecionados para se realizar a avaliação, podem se traduzir como atividades que sejam, segundo PEDRINI (2006):

- a) dinâmicas, integrativas, participativas e transformadoras que permitam ao ecoturista adquirir conhecimentos e habilidades, através de experiências que o

torne apto a enfrentar e resolver problemas ambientais, inclusive da região do percurso ecoturístico;

b) abrangentes, envolvendo a totalidade dos grupos sociais da área sob influência do percurso;

c) globalizadoras, com o ecoturista abordando o ambiente, integrando as escalas local, regional, nacional e global;

d) contextualizadoras, em que o ecoturista receba conhecimentos sobre a realidade local onde se situa a atividade ecoturística;

e) estimulantes a uma consciência ética de respeito a todas as formas de vida do planeta.

Contemplando as características acima tanto de equipamento da trilha como das atividades em EA, poder-se-á inferir que a atividade seja de ecoturismo com EASS

## **Considerações Finais**

A ausência da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS) nas práticas ecoturísticas terrestres brasileiras parece ser uma realidade ainda presente no contexto turístico brasileiro. A metodologia apresentada nesse trabalho é uma das possibilidades que poderá permitir a inserção da EASS na prática ecoturística futura, fazendo com que seja possível uma real mudança de posturas e atitudes do ecoturista perante o caos sócioambiental em que vive a Terra.

## **Bibliografia Citada**

ANDRADE, W. J. de. Manejo de trilhas para o ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.) *O ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005, p. 131-152.

ANDRADE, W. J. ; ROCHA, L. G. Planejamento, implantação e manutenção de trilhas. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6., 1990, Campos do Jordão, *Anais...*, SBS/SBEF, p. 35-47.

BERCHEZ, F., CARVALHAL, F.; ROBIM, M. J. Underwater interpretative Trail – guidance in improve education and decrease ecological damage. *International Journal of Environment and Sustainable Development*, v. 4, n. 2, p. 128-139, 2005.

BRASIL. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994, 28 p.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. Brasília: MMA/DEA, 2005. 102 p.

CORIOLOANO, C.E. Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. In: QUEIROZ, O. T. (Org.) *Turismo e Ambiente; temas emergentes*. Campinas: Alínea, 2006, p.11-48.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental; Princípios e Práticas*. São Paulo: Gaia, 2001, 400 p.

DI TULLIO, A. 2005. 183 f. *A abordagem participativa na construção de uma trilha interpretativa como uma estratégia de Educação Ambiental em São José do Rio Pardo-SP*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos,

LIMA, S. Trilhas interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem. *Caderno Paisagem, Paisagens*, Rio Claro (UNESP), n. 3, p. 39-44, 1998.

MADUREIRA, M. S. P.; TAGLIANI, P. R. *Educação Ambiental Não-formal em Unidades de Conservação federais na Zona Costeira Brasileira: Uma Análise Crítica*. Brasília: IBAMA, 1997, 109 p.

MARASCHIN, C. M. de A.; PEDRINI, A de G. A Educação ambiental no Ecoturismo: estudo de caso numa empresa de ecoturismo no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Resultados Preliminares. ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO, 7., 23-25 de setembro de 2003, *Anais...*, p. 353-362.

MEIRA, P.; SATO, M. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a natureza. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 14, 2005.

PEDRINI, A de G. Trajetórias em Educação Ambiental. In: PEDRINI, A de G. (Org.) 5 ed. *Educação Ambiental; Reflexões e Práticas Contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 21-87.

PEDRINI, A. de G. Avaliação da Educação Ambiental no Ecoturismo (com Trilhas): Uma Proposta Metodológica de Qualidade Conceitual. *Revista OLAM – Ciência e Tecnologia* -, Rio Claro (SP), v. 7, n.2, p. 83-106, dez/2006.

PEDRINI, A de G. (Org.) *Metodologias em Educação Ambiental*. Petrópolis, Vozes (no prelo).

PEDRINI, A de G.; BRITO, M. I. M. S. Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. *Revista Educação Ambiental em Ação*, n. 17, 20 p., 2006.

PEDRINI, A. de G.; DE PAULA, J. C. Educação Ambiental; Críticas e Propostas. PEDRINI, A. de G. (Org.) 5 ed. *Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 88-123.

PEDRINI, A de G.; TORGANO, M. F. Ecoturismo com Educação Ambiental; discursos e práticas. In: PEDRINI, A de G. (Org.) *Ecoturismo e Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: Publit, 2005, p. 13-38.

PEDRINI, A. de G.; PELLICCIONE, N. B. B. Educação Ambiental Empresarial no Brasil: uma análise sobre sua qualidade conceitual em relatos bibliográficos. *Mundo e Vida*, Niterói, v. 11. 2007.

PEDRINI, A de G.; SANTOS, A G.; SANCHEZ, C. Análise conceitual de Projetos em Educação Ambiental no Brasil. Estudo de caso: Projeto Alunos Guardiões da Orla. WORLD ENVIRONMENTAL EDUCATION CONGRESS, 2., *Annals...*, 16-18 de setembro de 2004, Rio de Janeiro, 7 p.

PEDRINI, A. G. *et al.* Efeitos ambientais da visitação de turistas em áreas protegidas marinhas. Estudo de caso na Piscina Natural Marinha, Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. ENCONTRO DE PERCEPÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, 2., *Anais...*(no prelo, 2007).

SALVATI, S. S. O WWF – Brasil e o Turismo Responsável. MITRAUD, S. (Org.) *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária; ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF, 2003, p. 23-32.

SALVATI, S. S. A certificação e as dimensões da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços em ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.) *O ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005, p. 62-104.

TABANEZ, M. F. *et al.* Avaliação de trilhas interpretativas para Educação Ambiental. In: PADUA, S.M.; TABANEZ, M. F. (Orgs.) *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília, IPÊ, 1997, p. 89-102.